

([http://oascentral.tribuna.com.br/RealMedia/ads/click\\_lx.ads/atribuna/noticiasdetalhe/1763136704/Frame1/default/empty.gif/693569686746622b65534d4142307a](http://oascentral.tribuna.com.br/RealMedia/ads/click_lx.ads/atribuna/noticiasdetalhe/1763136704/Frame1/default/empty.gif/693569686746622b65534d4142307a)  
x)

# Câmara vota emendas a projeto que reduz participação da Petrobras no pré-sal

Texto-base da proposta foi aprovado no dia 5 de outubro, com 292 votos a favor

DA AGÊNCIA BRASIL

18/10/2016 - 07:29 - Atualizado em 18/10/2016 - 07:29



Projeto é de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) (Foto: José Cruz/Agência Brasil)

O plenário da Câmara dos Deputados se reúne nesta terça-feira (18), a partir das 10h30, para votar as emendas ao Projeto de Lei 4567/16, que desobriga a Petrobras de ser a operadora de todos os blocos de exploração do pré-sal no regime de partilha de produção. O texto-base da proposta foi aprovado no dia 5 de outubro, com 292 votos a favor, 101 contrários e uma abstenção.

O projeto de lei é de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), atual ministro das Relações Exteriores, e deve seguir para sanção do presidente Michel Temer se não receber emendas que modifiquem o mérito da matéria.

A legislação atual prevê a participação da Petrobras em todos os consórcios de exploração de blocos licitados na área do pré-sal com um mínimo de 30% e na qualidade de operadora. O projeto deverá ampliar a participação do capital privado na região.

A empresa brasileira, no entanto, ainda terá a

preferência para escolher os blocos em que pretende atuar como operadora, desde que com a anuência do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), atendendo aos interesses nacionais.

Entre as emendas que devem ser analisadas na sessão desta terça-feira está a que pretende deixar claro no texto que apenas áreas não estratégicas poderão ser operadas por empresas estrangeiras, mantendo as consideradas estratégicas sob o comando da Petrobras.

## Investimentos

Para o presidente da estatal, Pedro Parente, se o projeto que trata do fim da participação obrigatória da Petrobras no pré-sal for sancionado, as novas regras vão atrair "investimentos importantes para o crescimento e para a geração de riqueza e de empregos". Segundo ele, com a mudança, a obrigação em vigor atualmente dará lugar à opção da melhor escolha para a petrolífera brasileira.

"Isso é um benefício muito grande por a empresa viver um momento de restrição financeira. Se formos obrigados a participar de todos os campos, não teremos recursos. Isso faria com que a exploração desses campos levasse um tempo muito mais longo", disse Parente em entrevista no Palácio do Planalto, após reunião com o presidente da República, Michel Temer, no fim de setembro.

Um estudo do Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) aponta que as reservas do pré-sal representam um potencial de investimentos de US\$ 420 bilhões até 2030 para desenvolvimento dos blocos da região, cerca de US\$ 390 bilhões em royalties e participações especiais e a geração de mais de 1 milhão de empregos.

A federação considera que o projeto que flexibiliza as regras de operação do pré-sal representa "um marco para o país". Segundo a entidade, a nova legislação, além de atrair investimentos, poderá dinamizar o mercado de petróleo e gás, considerado crucial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, com aumento da oferta de emprego e de renda.

Segundo a Firjan, esses ganhos poderão ser ainda maiores levando-se em conta os efeitos diretos e indiretos do incremento da atividade petroleira. "O retorno dos investimentos no mercado de petróleo e gás também irá estimular um círculo virtuoso no cinturão de fornecedores. Com o crescimento das encomendas, estas empresas se transformarão em uma cadeia produtiva mais eficiente e mais competitiva, desenvolvendo a capacitação necessária para atender até mesmo ao mercado internacional", destaca a Firjan.